

Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais*

Eliei Machado**

Resumo:

Discute-se o processo de “transformação” político-ideológica do PT ao longo dos anos 1990 que culminou, em 2002, na eleição de um ex-operário e líder sindical à presidência da república, provocando um rearranjo político do bloco no poder entre as frações hegemônicas sem que isso resultasse em crise de hegemonia.

Introdução

Depois de aproximadamente 15 anos de ditadura militar, nascia um partido de massas, com grande capacidade de mobilização, oriundo das lutas populares e operárias por melhores condições de vida, trabalho e salário. Na contramão da crise político-ideológica dos partidos e sindicatos proletários, o PT propunha-se a ser um partido de novo tipo e a não repetir os “erros” daqueles que se “espelhavam” no bloco soviético. Desde que surgiu, tem uma trajetória ascensional impressionante: aumento de cadeiras nos parlamentos (municipais, estaduais e federal), a conquista de prefeituras, de governos estaduais e, mais recentemente, do governo federal¹. Entretanto, quanto mais ascendia institucionalmente, mais se distanciava dos movimentos populares e sindical que lhe deram origem.

Neste artigo, procuramos demonstrar, minimamente, a transformação político-ideológica ocorrida num partido popular, comprometido inicialmente com as classes trabalhadoras, mas que, ao longo de sua trajetória, muda de postura e “flexibiliza” seus compromissos iniciais. Para isso, partimos de seu momento de inflexão nos anos 1990 e chegamos ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ex-

* Esta é uma versão substancialmente modificada e reduzida de um texto que será publicado na revista mexicana *Metapolítica*.

** Professor de Ciência Política da Universidade Estadual de Londrina (PR), coordenador do Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL), pesquisador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS/PUC-SP) e membro do GT *Historia Reciente* do CLACSO.

¹ Uma das marcas da ascensão institucional do PT foi a conquista de prefeituras municipais que se tornaram símbolos do “modo petista de governar” como, por exemplo, a de Porto Alegre, onde governou por quatro gestões consecutivas (1989-2004). A participação de Lula em todas as eleições presidenciais pós-democratização colaborou para o aumento de sua inserção institucional.

operário e líder sindical, eleito presidente da república em dois pleitos consecutivos (2002 e 2006). Por sua origem social e seu passado político ligado à luta contra a ditadura militar, por ter organizado e comandado greves operárias memoráveis para a história do movimento proletário brasileiro e, quiçá, latino-americano, sua eleição tem suscitado dúvidas entre setores da esquerda brasileira se resgataria ou não aqueles compromissos que selaram a origem do PT e o tornavam diferente das esquerdas tradicionais. Todavia, nossa hipótese é a de que o grau de transformação do partido e o seu afastamento dos movimentos populares ao longo dos anos 1990 e 2000 parecem impedi-lo de resgatar suas linhas políticas e ideológicas originais, uma vez que essas mudanças contribuíram para alterar a correlação de forças favoráveis ao capital monopolista e desfavoráveis aos trabalhadores. Obviamente, não pretendemos esgotar a discussão aqui – entre outros motivos, por se tratar de um processo em curso –, mas queremos tão-somente apresentar algumas reflexões que sinalizam nesta direção.

Lula: “produto” vendido com sucesso e com “garantias” em 2002²

O PT foi criado oficialmente no dia 21 de outubro de 1980, quando o seu *Manifesto de fundação* foi publicado no Diário Oficial da União.

Se nos anos 1980 o PT tinha um discurso mais classista, na década seguinte, a cidadania ocupa o seu lugar e as classes trabalhadoras são “desalojadas” dos discursos e das práticas partidárias. Não é à toa que na eleição para governador de São Paulo, em 1982, nos estertores da ditadura militar, o *slogan* do partido era “Trabalhador vota em trabalhador” e na campanha de Luiza Erundina à prefeitura de São Paulo, em 1988, era “São Paulo para os trabalhadores”. Por sua vez, nas eleições presidenciais de 1998, o *slogan* mudou e as classes trabalhadoras “desapareceram”: “O Brasil que o Brasil conhece”. E, em 2002, o tema não classista permaneceu: “Brasil para todos”.

A década de 1980 esteve marcada por mobilizações massivas – entre outras, a campanha das “Diretas Já”, em 1984 –, greves operárias e gerais. Fruto desse processo são as eleições de 1989, quando duas candidaturas do campo popular disputam o pleito com perspectivas de vitória eleitoral. O acirramento político-ideológico entre esquerda e direita evidencia-se a partir das propostas dessas candidaturas, ao tematizarem questões como a auditoria da dívida externa, a reforma agrária e o controle de preços oligopolizados. Dada a sua importância para o campo popular e pelo fato de ter marcado um momento de inflexão do PT, estender-nos-emos um pouco mais sobre o período.

² Trata-se de “garantias” às frações dominantes internas e externas, especialmente ao sistema financeiro internacional. Defendemos a tese de que o regime democrático-burguês só está “garantido” quando as disputas eleitorais não representam riscos à hegemonia dos dominantes.

Com a aprovação da Constituição de 1988, a recém-estabelecida democracia eleitoral passaria por um grande teste: caso ganhasse a presidência da república uma candidatura comprometida com os setores populares e contrária aos interesses monopolistas e oligopolistas, as classes dominantes e a caserna respeitariam o resultado?³

O problema é que duas candidaturas se apresentaram com este perfil e com chances eleitorais:

Ao contrário do que pretendiam os direitistas mais empedernidos [...], houve um crescimento das expectativas em torno de uma candidatura de base operária e popular à sucessão de Sarney. Dois candidatos se apresentavam com este perfil: Leonel Brizola, do PDT, e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, delineando-se a possibilidade de que ambos passassem para o segundo turno (Almeida, 1998: 51).

O conjunto da burguesia entrou em pânico e jogou todas as fichas na candidatura de Fernando Collor de Melo,

exorcizando os fantasmas de Lula e Brizola em um momento propício a grandes mobilizações populares e no qual as bandeiras antimonopolistas (a questão do custo vida, os grandes lucros do sistema financeiro, o boicote ao congelamento de preços pelo grande empresariado), antilatifundiárias (a questão da reforma agrária) e antiimperialista (a questão da dívida externa) estavam muito presentes no debate político (Almeida, 1998: 52).

Nesta eleição, o então presidente da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Mário Amato, ameaçou retirar 800 mil empresários do país rumo a Miami, caso Lula fosse eleito. Os militares, por sua vez, insinuaram que se ele fosse eleito, não tomaria posse; se tomasse posse, não assumiria; e se assumisse, não governaria. Tanto os empresários como os militares demonstravam o seu “apego” à jovem democracia brasileira.

Contrariando as expectativas das classes dominantes, a candidatura da Frente Brasil Popular disputou o segundo turno com Collor de Melo. A despeito da mobilização de massas que proporcionou, as classes dominantes e os grandes meios de comunicação derrotaram-na. O PT e seu principal candidato, Luiz Inácio Lula da Silva, passaram por um exame político crucial: ao amargar a derrota, como se comportaria política e eleitoralmente dali em diante, uma vez que as forças políticas favoráveis ao neoliberalismo foram vitoriosas? Era o início dos anos 1990 e 2000.

Lula advertiu publicamente que só concorreria em novos pleitos se fosse para ganhar. Estava dada a senha das mudanças de estratégia eleitoral das eleições

³ Sabe-se que, no Brasil, como de resto na América Latina, quando uma candidatura identificada com os setores populares ameaça colocar em risco a hegemonia das frações dominantes no interior do bloco no poder, as classes dominantes e seus aliados não relutam em descartá-la e resolver a questão com golpe de Estado.

seguintes: os “marqueteiros” passaram a ser os comandantes das campanhas, a ponto de o PT contratar, no pleito de 2002, o mesmo publicitário de Paulo Maluf⁴; as propagandas de TV “substituíram” os comícios, marchas e passeatas; e os militantes “deixaram” as ruas e foram trocados por “cabos eleitorais”. Chegou o momento de “vender” um produto palatável ao “eleitor-consumidor”, principalmente às classes médias. Ou seja: a guerra ideológica de 1989, entre esquerda e direita, foi sepultada pelo próprio partido. Esta guinada do PT aparece nas eleições de 1994, mas, mesmo assim, Lula é derrotado por Fernando Henrique Cardoso. O êxito eleitoral ocorreu somente em 2002. Antes disso, ele amargou três derrotas políticas: 1989, 1994 e 1998.

Este processo de mudança não se deu de uma hora para outra, foi sendo processado aos poucos, mas de maneira firme⁵:

[...] o PT não abraçou o ideário neoliberal por completo e de uma vez por todas. Foi abraçando aos poucos e envergonhado e, à medida que abraçava, amenizava seu discurso classista até subordiná-lo completamente aos interesses do capital; sobretudo, substituindo a organização política de base pela de aparelhos meritocráticos os mais diversos: aí incluídos o próprio partido, os sindicatos, institutos, ONGs etc. (Pinheiro, 2006: 157).

Para Rudá Ricci, as campanhas eleitorais de 1994 e 1998 incorporaram outro elemento que se associou ao poder político da burocracia partidária:

O saber técnico na construção do programa partidário. Até então, o programa partidário e de campanhas eleitorais era construído a partir de um complexo mecanismo de consulta e formulação gradativa dos consensos. Este método era uma clara herança da matriz discursiva original do PT, onde o consenso era construído a partir de mecanismos de participação direta dos filiados do partido. A partir de 1994, esta metodologia foi se alterando rapidamente e os profissionais de cada área, articulados pelo corpo técnico de economistas e, mais tarde, pela direção de campanha e de marketing, assumiram um papel decisivo na elaboração das propostas partidárias. A partir da segunda metade dos anos 90, o saber técnico passou a substituir os mecanismos de consulta de base (Ricci, 2006: 173).

Nas eleições presidenciais de 1989, os candidatos de esquerda levantaram

⁴ Político da extrema-direita brasileira, colaborador do regime militar (1964-1985), período em que ocupou vários cargos indicados pelos generais golpistas. É um político famoso por sua extensa ficha de processos na Justiça. Quanto ao publicitário contratado, referimo-nos a José Eduardo Cavalcanti de Mendonça, responsável pela campanha presidencial de Paulo Maluf em 1989.

⁵ Embora não seja o eixo das discussões aqui, alertamos que a Central Única dos Trabalhadores (CUT), braço sindical do PT, também foi assimilando aos poucos a adesão às políticas de mercado.

e debateram temas como o não pagamento da dívida externa, a necessidade da reforma agrária e a redução dos grandes lucros dos monopólios, mas nas eleições de 1994 e posteriores, estas questões praticamente desapareceram do debate eleitoral. Desde então, a tônica principal que norteou as disputas era a estabilidade monetária e o combate à inflação⁶. Estas mudanças esvaziaram ideologicamente a contenda política que passou a ter tratamento “técnico-administrativo”, principalmente nos grandes meios de comunicação.⁷ E, paulatinamente, o PT foi assimilando tudo isso.

Pode-se dizer que quase todas as candidaturas presidenciais de 2002 eram, em certa medida, muito parecidas, desde as “oposicionistas” (Lula, Ciro Gomes e Garotinho) até a “continuista” (José Serra).⁸ Destas, nenhuma propunha, por exemplo, instituir uma auditoria da dívida externa e interna, rever os contratos internacionais, limitar os lucros exorbitantes do sistema financeiro internacional. Ao convergirem para o pragmatismo administrativo, elas se diferenciavam apenas no “varejo”:

Na eleição presidencial de 2002 as cartas foram embaralhadas como não haviam sido nas três eleições anteriores. À exceção de Garotinho que mantivera uma postura de franco-atirador, dirigindo críticas e farpas a todos os concorrentes, embora no período pré-convenções tivesse buscado sem sucesso o apoio do PFL e de Paulo Maluf (do PPB – Partido Progressista Brasileiro), os demais candidatos convergiram para uma posição de compromisso com as exigências do mercado financeiro, ainda que sem perder as nuances que caracterizavam cada um (Pinheiro, 2003: 11).

Poderíamos prosseguir demonstrando as mudanças político-ideológicas sofridas pelo PT ao longo das décadas de 1990 e 2000, mas um documento basilar da campanha de 2002 é significativamente ilustrativo: a *Carta ao povo brasileiro*, assinada no dia 22 de junho daquele ano pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Conforme assinala Rudá Ricci, trata-se de uma declarada mudança de perspectiva política e estratégica do PT:

⁶ O principal cabo eleitoral de Fernando Henrique Cardoso (PSDB/PFL) na campanha presidencial de 1994 foi o Plano Real, que o levou à presidência da república: aproveitando-se de sua condição de ministro da Fazenda, cronometrou os efeitos do plano de modo a produzir seus impactos mais positivos às vésperas daquele pleito (Almeida, 1998: 55).

⁷ Embora os ventos neoliberais começassem a soprar no país com mais força a partir dos anos 1990 – provavelmente por conta das mobilizações operárias na década de 1980 e por resistências de frações da burguesia interna à “diminuição” do Estado e à “liberação” do mercado –, o panorama político-ideológico internacional era mais ou menos o seguinte: em 1979, Thatcher é eleita na Inglaterra e, em 1980, Reagan é eleito nos EUA. Ambos são propagadores dos ideais neoliberais. Entre 1989 e 1990, a União Soviética e o muro de Berlim desmoronaram, marcando o fim do chamado “socialismo real”.

⁸ Estas denominações são de Jair Pinheiro (2003). Propositadamente excluímos da análise as candidaturas de José Maria, do PSTU, e de Rui Pimenta, do PCO, uma vez que se mantiveram fiéis aos seus discursos ideológicos de denunciar as mazelas do capitalismo.

Se compararmos com o eixo programático de 1989 e início dos anos 1990, é facilmente percebida a ruptura com a identidade partidária que se assentava na moratória e auditoria da dívida pública, com uma política de reforma agrária pautada pela mudança da estrutura fundiária do país, com a redução dos lucros abusivos dos bancos privados. Trata-se de um discurso pragmático que procura declarar compromissos com a estabilidade da ordem econômica e política, aumentando a competitividade internacional do país (2006: 177).

Esta *Carta* tinha outros destinatários que não exatamente o “povo brasileiro”: os banqueiros estrangeiros e nacionais, os credores das dívidas externa e interna. Mas havia também destinatários “secundários”: frações da burguesia industrial brasileira, “penalizadas” pela política econômica do governo Cardoso, que reclamavam um lugar mais confortável no bloco no poder,⁹ bem como latifundiários ligados ao agronegócio. Em meio à crise econômica que atravessava o país, era preciso “acalmar o mercado”¹⁰.

Governo Lula, bolsa família e reforma agrária

O governo Lula tem-se destacado por capitanear amplo apoio popular, principalmente entre os pobres mais pobres, por meio dos chamados programas sociais, como o Bolsa Família, sem, contudo, criar indisposições políticas com as frações hegemônicas. Talvez isso ocorra exatamente porque não se tem traduzido em mobilização político-partidária das camadas populares, como ocorreu durante o governo João Goulart (1961-1964) e que resultou em golpe de Estado. Além disso, não tem representado perigo à dominação burguesa, pois não executa a máxima *robinhooiana* de tirar dos ricos para dar aos pobres.

Como dissemos antes, a estratégia eleitoral de Lula, comandada pelos marqueteiros, obteve êxito político em 2002, repetindo a façanha em 2006.

Ao tomar posse, em janeiro de 2003, as esperanças se reacenderam no seio de setores da esquerda brasileira, principalmente aqueles ligados aos movimentos populares, sindicais ou políticos que, desde o nascimento do PT, formavam a base do partido. Este momento de euforia inicial foi-se arrefecendo à medida que a administração se mostrava propensa à “continuidade” do governo Cardoso (1995-2002). Apesar disso, o governo Lula apresentou algumas novidades: conforme assinalado durante a campanha, duas frações do grande capital passaram a ter melhor assento no bloco no poder. Isso não significou, em hipótese alguma,

⁹ Parece-nos que o porta-voz dissimulado das frações industriais era o então candidato a vice-presidente na chapa lulista: José Alencar, grande empresário do setor têxtil.

¹⁰ A 19 de agosto de 2002, por iniciativa do governo Cardoso, houve uma reunião com os presidentes cuja pauta era a crise financeira, o acordo com o FMI que ia despejar US\$ 30 bi com juros “camaradas” e a transição de governo. Lula e Ciro criticaram o modelo econômico, mas não condenaram o acordo (*Folha de S. Paulo*, 2002).

uma redefinição da fração hegemônica que seguiu (e segue) em mãos do capital financeiro¹¹.

O governo Lula, ao efetuar uma agressiva política de exportação,¹² beneficiou, de um lado, uma parte da burguesia interna, cuja base principal estava alocada na FIESP, e, de outro, a fração ligada ao agronegócio que, a despeito disso, permanece como força secundária no interior do bloco. Segundo Boito Jr., “Lula estimula a produção na medida em que isso atende os interesses do capital financeiro. [...] Ele estimula a produção voltada para a exportação”, com a intenção de aumentar o *superávit* primário:

O objetivo da produção é a caça aos dólares, e o trabalhador brasileiro compra a sua comida em moeda nacional. Por isso, estimula-se especificamente a exportação e não a produção em geral. [...] Mesmo no estímulo à exportação, é preciso não ultrapassar a medida daquilo que interessa às finanças. Mais dólares, mas, atenção!, desde que esses dólares possam ser direcionados para o pagamento dos juros da dívida. Logo, o *superávit* primário e os juros devem permanecer elevadíssimos mesmo que isso limite as exportações (Boito Jr., 2005: 8).

Ainda para este autor, o governo Lula, ao adotar esta política, alterou a relação do Estado brasileiro com a burguesia melhorando a posição da grande burguesia interna industrial e agrária no interior do bloco no poder, o que pode ser observado nos crescentes saldos positivos da balança comercial brasileira: “Note-se que se tratou de um deslocamento no interior do grande capital, com o grupo das pequenas e médias empresas permanecendo na mesma posição subordinada que já ocupava ao longo da década de 1990” (Boito Jr., 2006: 238).

O governo Lula provocou uma redefinição na composição do bloco no poder, dando maior alento ao neoliberalismo, salvando-o da crise em que se encontrava no final do último mandato do governo Cardoso. Além de trazer para a sua base de apoio as frações da burguesia interna e do agronegócio, “alijadas” na gestão de seu antecessor, atraiu os setores mais pobres da população – os “descamisados” – que outrora (nas eleições de 1989) votaram em Collor. E em relação aos trabalhadores organizados, tem tratado “a pão e água”, mantendo o histórico arrocho salarial, mas não só: “É omissos diante do drama do desemprego, retirou direitos previdenciários do setor público e, também, do setor privado, enfim, não trouxe nada de novo” (Boito Jr., 2005: 9).

¹¹ Para compreender melhor este processo que culminou na consolidação da hegemonia do capital financeiro sobre as demais frações burguesas, sugerimos o artigo de Armando Boito Jr., no qual demonstra como se deu a relação de unidade e de luta que diferentes frações da burguesia podem entreter – e que de fato entretêm – com o neoliberalismo (Boito Jr., 2002: 18-20).

¹² Trata-se, basicamente, da exportação de produtos industrializados de baixa densidade tecnológica, além de soja, carnes, madeiras, açúcar e álcool, papel e celulose, couros, café, algodão e fibras, fumo e suco de frutas.

Collor de Melo “inaugurou” e os seus sucessores deram continuidade ao que alguns autores têm chamado de “populismo conservador” ou “populismo neoliberal”. Para Décio Saes,

o populismo neoliberal defende implicitamente a substituição da organização política independente das massas trabalhadoras pelo governo, mas não um processo de luta redistributivista, e sim num processo de luta contra o Estado pela restauração do mercado. Nessa ótica, a restauração do mercado e a liquidação do Estado intervencionista, cartorial e parasitário, ao resultarem na liquidação dos maus capitalistas (antes protegidos pelo Estado) e no aumento da produtividade econômica global, acabarão tendo efeitos redistributivos (Saes, 2001: 78).

O desemprego, o subemprego e o mercado informal de trabalho fazem parte do cotidiano de milhões de trabalhadores neste país. Por outro lado, “essa população sobrando está, no modelo brasileiro de cidadania baseado no emprego regulamentado e na profissão, excluída dos direitos sociais”. Portanto, “a cidadania social *restrita e hierarquizada* está ligada, de diferentes maneiras, ao clientelismo do Estado brasileiro” [grifos no original] (Boito Jr., 2002: 29). Historicamente, este modelo cria animosidades entre as classes populares. Mas as forças conservadoras ligadas ao neoliberalismo se apropriam dessas revoltas populares legítimas contra os privilégios e conseguem direcioná-las para um objetivo reacionário (Boito Jr., 2002: 30).

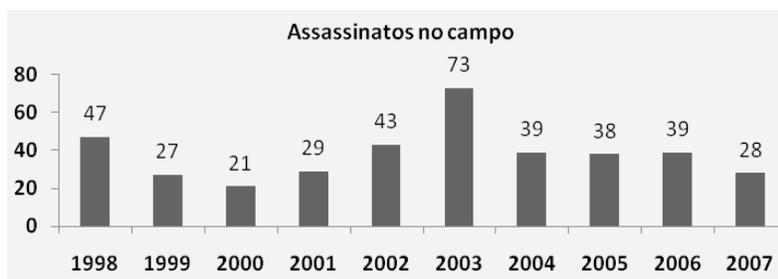
Lula recuperou e ampliou esta prática habilmente, passando a fazer demagogia social com os trabalhadores pauperizados, desorganizados e politicamente desinformados. Segundo Boito Jr. (2005: 10), esse novo populismo deve provocar deslocamentos na base social do próprio PT, cujas relações com os trabalhadores organizados estão se deteriorando. O que se percebe é que o discurso governamental provoca nos corações e mentes dos “descamisados” a idéia de que os direitos são privilégios dos trabalhadores, principalmente dos funcionários públicos, incitando aqueles contra estes. Uma das eficácias desse discurso pode ser observada no avanço da atual reforma previdenciária,

[ao estabelecer] a falsa premissa de que a eliminação dos supostos privilégios dos servidores públicos propiciará a inclusão dos mais de 49 milhões de excluídos do sistema. Em primeiro lugar, os privilégios existentes no setor público, que beneficiam uma parte diminuta do funcionalismo, poderiam ser resolvidos de forma muito mais simples, instituindo-se tetos salariais condizentes com a realidade brasileira. Em segundo lugar, ao se excluir do sistema público de repartição os salários mais altos, impede-se que aqueles com maior poder de contribuição paguem de forma progressiva (com contribuições diferenciadas) para que os baixos salários possam receber benefícios mais dignos (seguindo a velha e boa idéia de que todos devem receber de acordo com suas necessidades e pagar de acordo com suas possibilidades) (Soares, 2004: 14-15).

O governo Lula unificou todos os programas sociais isolados do governo Sarney (1985-1989) – auxílio gás, auxílio leite, bolsa escola etc. – em um único auxílio: o Bolsa Família. E aumentou os recursos destinados para esta finalidade:

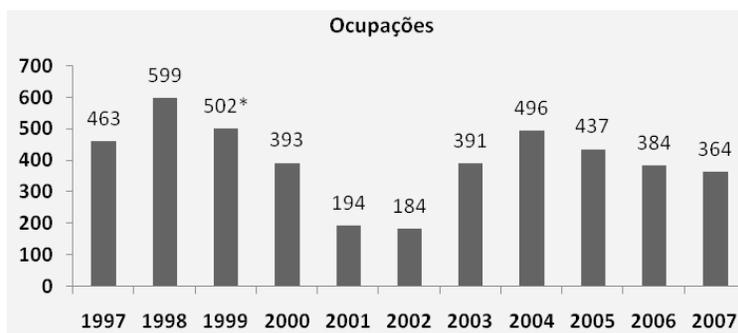
Não se trata de uma proposta de organização política dos trabalhadores pauperizados pelo capitalismo neoliberal para fazer deles uma força pela mudança do modelo econômico. O governo Lula mantém essa população pobre desorganizada e desinformada, explora-a politicamente – para ser mais preciso, explora-a eleitoralmente – porque sabe que a organização do povo poderia criar uma situação que o obrigaria a substituir a oferta de bolsas pela consolidação de direitos (Boito Jr., 2005: 10).

Se, por um lado, houve aumento da base popular de apoio ao governo Lula e reacomodação de determinadas frações no interior do bloco no poder – especialmente frações da burguesia industrial interna e do agronegócio –, por outro, os conflitos agrários não cessaram:



Fonte: CPT (Comissão Pastoral da Terra).

O número de ocupações também não diminuiu substancialmente durante a atual gestão, quando comparado ao segundo mandato do governo Cardoso:



Fonte: CPT (Comissão Pastoral da Terra). (*) O dado referente a 1999 foi obtido do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos. Elaboração: DIEESE.

Com dados alarmantes como estes, principalmente referentes às mortes no campo, restam-nos algumas palavras sobre a questão da reforma agrária, uma promessa das campanhas eleitorais de Lula e bandeira histórica do PT. Enquanto os grandes produtores rurais “riem à toa” com os incentivos estatais à exportação, os sem-terra têm muito que reclamar. Vejamos.

O II Plano Nacional de Reforma Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário prevê 11 metas entre os anos 2003 e 2006: 1) 400 mil famílias assentadas; 2) 500 mil famílias com posses regularizadas; 3) 150 mil famílias beneficiárias pelo Crédito Fundiário; 4) Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos; 5) Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado; 6) Implementar o cadastramento georreferenciado do território nacional e regularizar 2,2 milhões de imóveis rurais; 7) Reconhecer, demarcar e titular as áreas de comunidades quilombolas; 8) Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas; 9) Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária; 10) Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas; 11) Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004: 38).

Destas metas, vamos nos ocupar apenas da primeira: assentar 400 mil novas famílias no período entre 2003 e 2006. Quando adicionamos as 150 mil previstas para 2007, o número aumenta para 550 mil famílias. Deste total, quantas famílias foram assentadas (novos assentamentos)?

Para Ariovaldo Umbelino, os órgãos governamentais insistem em tentar confundir a todos divulgando que assentou, nos cinco anos do II PNRA, um total de 448.954 famílias:

Tenho escrito que esses dados divulgados pelo governo Lula sobre a reforma agrária, referem-se às Relações de Beneficiários emitidas, as “famosas” RBs. Assim, continuo a tarefa de esclarecer a todos que as RBs não se referem apenas aos assentamentos novos, elas são emitidas também para os assentamentos relativos à regularização fundiária [...]. As RBs são também emitidas para regularizar as situações das famílias dos assentamentos antigos reconhecidos pelo Incra para que os assentados tenham acesso às políticas públicas. Elas são inclusive emitidas para regularizar a situação de assentados em decorrência de herança, daqueles que compraram lotes de boa fé, e daqueles que foram substituídos nos assentamentos antigos por abandono ou outros motivos permitidos por lei etc. (Umbelino, 2008).

O autor ressalta que, com muitos limites, é possível fazer um balanço do II PNRA, mas, para isso, terá de desagregar os dados das RBs divulgados pelo Incra:

Feita esta desagregação, entre 2003 e 2007, o governo Lula assentou apenas 163 mil famílias referentes à meta um – novos assentamentos. Portanto, cumpriu

somente 30% da meta de 550 mil famílias que ele tinha prometido assentar. Não cumpriu a meta dois que referia à regularização fundiária de 500 mil posses, pois regularizou apenas a situação de 113 mil famílias, ou seja, atingiu apenas 23% da meta. Entre os dados restantes estão 171 mil famílias referentes à reordenação fundiária, ou seja, a situação de regularização em assentamentos antigos e, o que é mais absurdo, a inclusão de cerca de duas mil famílias referentes à reassentamentos atingidos por barragem que, em absoluto, trata-se de reforma agrária (Umbelino, 2008).

Com estas questões, retomamos o que havíamos chamado à atenção anteriormente: a generosidade do governo Lula com o agronegócio e o tratamento desigual em relação aos trabalhadores sem-terra. Segundo Umbelino, a política de reforma agrária deste governo está marcada por dois princípios:

Não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e fazê-la apenas nas áreas onde ela possa “ajudar” o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no Brasil. É como se estivesse diante de uma velha desculpa: o governo Lula finge que faz a reforma agrária e divulga números maquiados na expectativa de que a sociedade possa também fingir acreditar (Umbelino, 2008).

Ainda para o autor, uma prova cabal dos laços orgânicos do governo Lula com o agronegócio e contra os camponeses está nas páginas do recém-lançado Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC): trata-se da previsão de expansão do setor sucroalcooleiro entre 2008 e 2017 para produzir 52,2 bilhões de litros de etanol para o mercado interno e 8,3 bilhões para a exportação:

A única questão que o PNMC não cita é: qual é a área necessária para se produzir essa quantidade de etanol? Ora, como a produção em 2008 é de 24,5 bilhões de litros de etanol e a área plantada de cana-de-açúcar ocupa nove milhões de hectares, será necessário ampliar a área em mais de 13 milhões de hectares, atingindo assim, uma extensão de mais de 23 milhões de hectares (Umbelino, 2008).

Se nos primeiros meses do início do governo Lula se tinha esperança de que este daria uma tintura político-ideológica popular à sua administração, atualmente não cabem muitas ilusões: habilmente deu um alento importante ao desgastado projeto neoliberal, garantindo-lhe mais tempo de sobrevida com apoio das camadas mais pobres e desorganizadas da população.

As mudanças político-ideológicas do PT ao longo dos anos provavelmente trazem dificuldades para resgatar seus compromissos históricos com as classes trabalhadoras. Essas mudanças contribuíram para que as classes dominantes aceitassem a eleição de um ex-operário à presidência da república e proporcionaram alterações na estrutura de poder no Brasil ao favorecerem a readequação das

frações hegemônicas e manterem intactos os interesses monopolistas. O impacto desse processo para as classes populares ainda merecerá muitas análises, mas, pelo visto, as bandeiras históricas dos movimentos populares (antimonopolistas, antiimperialistas e antilatifundiárias) continuarão sendo içadas por um longo tempo.

Bibliografia

- ALMEIDA, L. F. (1998). “De JK a FHC: apontamentos sobre as lutas sociais no Brasil contemporâneo”. In: RAMPINELLI, W. J.; OURIQUES, N. D. (orgs.). *No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã.
- BOITO Jr., A. (2006). “A burguesia no governo Lula”. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (orgs.) *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO.
- BOITO Jr., A. (2002). Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. *IDÉIAS, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Ano 9 (1)*, pp. 13-48.
- BOITO Jr., A. (maio de 2005). O governo Lula e a reforma do neoliberalismo. *Revista Adusp*. Acesso em: 22 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/revista/Default.htm>.
- CPT (Comissão Pastoral da Terra). (02 de outubro de 2008). *Conflitos no Campo*. Acesso em: 02 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.cptnac.com.br/>
- FOLHA DE S. PAULO. (20 de agosto de 2002). Subindo a rampa. São Paulo.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. (2004). *II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, produção e qualidade de vida no meio rural*. Distrito Federal.
- PINHEIRO, J. (1º semestre de 2003). Três tipos de candidatura no pleito eleitoral de 2002: oposicionista, governista e continuísta. *Lutas Sociais, 9/10*, pp. 9-18.
- PINHEIRO, J. (1º semestre de 2006). Uma cena decepcionante. *Lutas Sociais, 15/16*, pp. 149-161.
- RICCI, R. (1º semestre de 2006). Lulismo: três discursos e um estilo. *Lutas Sociais, 15/16*, pp. 171-183.
- SAES, D. (2001). “Populismo e neoliberalismo”. In: *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- SOARES, L. T. (2004). “A reforma da Previdência Social”. In: SADER, E.; BENJAMIN, C.; SOARES, L. T.; GENTILI, R. (orgs.). *Governo Lula: decifrando o enigma*. São Paulo: Viramundo.
- UMBELINO, A. (24 de dezembro de 2008). Lula dá adeus à Reforma Agrária. *Direitos Humanos*. Acesso em: 22 de janeiro de 2009. Disponível em: http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4790&Itemid=1